

Brasil

Interpretações & Perspectivas

Janete Silveira Abrão (Coord.)

Caroline Silveira Bauer

Caterine Vila Fagundes

Eduardo Costa Pinto

Fábio Franzini

Jacqueline Britto Pólvora

Janete Silveira Abrão

Maria Beatriz Luce

Paulo Henrique Martinez

Rebeca Gontijo

Reinaldo Gonçalves

Temístocles Américo Corrêa Cezar

Thiago Gehre Galvão

Marcial Pons

MADRI | BARCELONA | BUENOS AIRES | SÃO PAULO



Universidad
de Alcalá

INSTITUTO UNIVERSITARIO DE INVESTIGACIÓN
EN ESTUDIOS LATINOAMERICANOS ·IELAT·

Brasil: interpretações & perspectivas

Coordenação: Janete Silveira Abrão

Autores: Caroline Silveira Bauer | Caterine Vila Fagundes | Eduardo Costa Pinto | Fábio Franzini | Jacqueline Britto Pólvara | Janete Silveira Abrão | Maria Beatriz Luce | Paulo Henrique Martinez | Rebeca Gontijo | Reinaldo Gonçalves | Temístocles Américo Corrêa Cezar | Thiago Gehre Galvão

Capa: Nacho Pons

Imagem da Capa: pixhook / ID 19378982 / iStock by Getty Images

Preparação e Editoração eletrônica: Ida Gouveia / Oficina das Letras®

ISBN 978-85-66722-40-6 (Brasil) / ISBN 978-84-9123-162-2 (Espanha)

Todos os direitos reservados.

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo – Lei 9.610/1998.

**CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ**

B83

Brasil: interpretações & perspectivas / Caroline Silveira Bauer... [et alii] ; coordenação Janete Silveira Abrão. - 1. ed. - São Paulo: Marcial Pons ; Instituto Universitario de Investigación en Estudios Latinoamericanos – IELAT, Universidad de Alcalá, 2016.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-66722-40-6

1. Direito internacional. I. Bauer, Caroline Silveira. II. Abrão, Janete Silveira.

16-35665

CDU: 341:347.9

© Janete Silveira Abrão

© MARCIAL PONS EDITORA DO BRASIL LTDA.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 1461, Torre Sul, 17/8

Jardim Paulistano CEP 01452-002 São Paulo-SP

☎ +55 (11) 3192.3733 – contato@marcialpons.com.br

www.marcialpons.com.br

© INSTITUTO UNIVERSITARIO DE INVESTIGACIÓN EN ESTUDIOS
LATINOAMERICANOS – IELAT, UNIVERSIDAD DE ALCALÁ

Calle Trinidad, 1. Edificio Colegio de Trinitarios

28801, Alcalá de Henares, Madrid, España

☎ +34 (91) 885.2575 / 5280 / 5278 – ielat@uah.es

http://www.ielat.com

SUMÁRIO

Introdução	11
------------------	----

HISTORIOGRAFIA

Panorama da historiografia brasileira contemporânea (1930-1980) FÁBIO FRANZINI e REBECA GONTIJO	15
Um Hamlet intelectual: giro linguístico e indeterminação historiográfica (ensaio sobre a escrita da história no Brasil, 1970-1980) TEMÍSTOCLES AMÉRICO CORRÊA CÉZAR	39

ECONOMIA

Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico no Brasil EDUARDO COSTA PINTO e REINALDO GONÇALVES	59
--	----

SOCIEDADE

Desigualdades sociais no meio urbano: atualizando velhos temas na sociedade brasileira JACQUELINE BRITTO PÓLVORA	87
--	----

POLÍTICA

O Brasil e o populismo transfigurado JANETE SILVEIRA ABRÃO	99
---	----

Quanta verdade o Brasil suportará? Uma análise das políticas de memória brasileiras

CAROLINE SILVEIRA BAUER 133

EDUCAÇÃO

Os desafios para a institucionalização do sistema nacional de educação no Brasil

CATERINE VILA FAGUNDES e MARIA BEATRIZ LUCE 153

MEIO AMBIENTE

Estado, políticas públicas e meio ambiente no Brasil (1988-2010)

PAULO HENRIQUE MARTINEZ 171

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Horizontes das relações internacionais do Brasil no século 21, passado, presente e futuro

THIAGO GEHRE GALVÃO 199

Autores 229

INTRODUÇÃO

É com satisfação que o Instituto Universitário de Investigación en Estudios Latinoamericanos e a Editora Marcial Pons publicam a coletânea de textos intitulada *Brasil: interpretações & perspectivas*. A obra que reúne contribuições de investigadores e investigadoras brasileiros de diferentes áreas, de modo multidisciplinar, mas também mediante o diálogo, contempla a diversidade de temas, de interpretações e de enfoques referentes a um país também marcado pela diversidade. É neste sentido que os estudos analisam a historiografia, a sociedade, o meio ambiente, a educação, a política, a economia e as relações internacionais. Em realidade, trata-se de uma necessária reflexão sobre o Brasil contemporâneo, que leva em consideração o pensamento plural, as perspectivas diversas, apresentadas de maneira a incentivar o debate, sem a intenção de constituir um bloco monolítico, nem tem a pretensão de dar conta de todos os elementos que compõem a realidade brasileira. O resultado dessa ideia é o livro que agora apresentamos ao leitor.

Os historiadores Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, em “Panorama da historiografia brasileira contemporânea”, nos brindam com a discussão e a análise dos mais expressivos balanços bibliográficos acerca da historiografia brasileira (1930-1980), com o fim de perceber as permanências, os deslocamentos e as rupturas que levaram à configuração e à legitimação de uma identidade “moderna” para os estudos e os estudiosos da História do Brasil, em particular.

Por sua vez, Temístocles Cezar, em seu ensaio sobre a escrita da história no país, trata sobre os efeitos do giro linguístico e da indeterminação na historiografia brasileira, a partir da análise de alguns textos seminais de autores relacionados, de formas distintas, à temática.

Em “Modelos de desenvolvimento e desempenho macroeconômico no Brasil”, os professores de economia, Eduardo Costa Pinto e Reinaldo Gonçalves, buscam analisar o desempenho macroeconômico brasileiro em perspectiva histó-

rica com o intuito de evidenciar que o atual modelo de desenvolvimento (Modelo Liberal Periférico – MLP) apresenta desempenho inferior em comparação com os outros modelos ao longo da formação econômica do Brasil.

No que se refere à política, o artigo “O Brasil e o populismo transfigurado”, de minha autoria, parte de uma aproximação ao conceito de populismo com o fim de analisar a relação entre o novo populismo, a democracia e neoliberalismo no Brasil, entre 1989 e 2010, principalmente no que concerne aos discursos e estratégias adotadas pelos neopopulistas, assim como seus possíveis efeitos no âmbito sociopolítico.

Enriquecendo os debates acerca das políticas de memória e reparação, Caroline Silveira Bauer analisa, em “Quanta verdade o Brasil suportará?”, os limites das políticas de memória brasileiras, desde a Lei 9.140/1995, conhecida como “Lei dos Desaparecidos”, até o primeiro ano de trabalho da Comissão Nacional da Verdade, instaurada em 16 de maio de 2012.

Jacqueline Britto Pólvara propõe aos leitores uma discussão sobre a herança que a presença da escravidão gerou nas relações sociais do país, e sua relação com as manifestas desigualdades dos cenários urbanos contemporâneos brasileiros.

A educação é tema imprescindível nos debates sobre o futuro da nação brasileira. Neste sentido, Caterine Vila e Maria Beatriz Luce analisam “Os desafios para a institucionalização do sistema nacional de educação no Brasil”.

Em “Estado, políticas públicas e meio ambiente no Brasil”, a Constituição de 1988 é o pano de fundo, a partir do qual Paulo Henrique Martinez procura dar a conhecer ao leitor às políticas ambientais no país, assumindo o desafio de analisar como se processou a incorporação do debate ambiental às políticas públicas nacionais.

Por fim, Thiago Gehre Galvão, em seu artigo, apresenta três fases recentes da história da inserção internacional do Brasil que abarca os primeiros quinze anos do século 21. O autor busca compreender a construção de uma grande estratégia de política externa que possibilitou a ascensão internacional, mas que foi abortada por fatores contingenciais. Ademais, Gehre apresenta o que seria considerado um conjunto de perspectivas e possibilidades de continuidade no horizonte das relações internacionais brasileiras.

Confiamos que esta obra sirva, e seja de bom uso, não somente aos investigadores dos múltiplos aspectos e questões que giram em torno da realidade brasileira, senão a todas as pessoas que possuem um pouco de sensibilidade histórica, uma certa preocupação política e que, portanto, se interessam pelo presente e pelo futuro do Brasil.

Madri, 2016.

JANETE SILVEIRA ABRÃO
Coordenadora

HISTORIOGRAFIA

PANORAMA DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA (1930-1980)

FÁBIO FRANZINI

Universidade Federal de São Paulo (Unifesp)

REBECA GONTIJO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

INTRODUÇÃO: UM ANIVERSÁRIO

O mês de outubro de 1938 foi de festa para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). No glorioso dia 21, a agremiação sediada no Rio de Janeiro celebrava cem anos de existência, orgulhosa de sua posição como principal centro dedicado à produção historiográfica no país. Motivadas pelo centenário, numerosas congratulações e manifestações de apreço lhe chegavam do Brasil e do exterior, refletindo o prestígio conquistado ao longo de sua trajetória. Instituições ilustres como a Academia Brasileira de Letras promoveram sessões especiais em sua homenagem, a congênere argentina Academia Nacional de História mandou cunhar uma medalha comemorativa, a Comissão de Estudos Latino-Americanos, da Universidade de Harvard, dedicou-lhe a terceira edição do *Handbook of Latin American Studies* e, até mesmo Sua Santidade, o Papa Pio XI, enviou um telegrama de felicitações “pelos numerosos serviços durante um século prestados à ciência”, com o desejo de que “novas luzes divinas” o guiassem para o futuro.¹

1. IHGB, “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. 173, 1938, pp. 838-839, *passim*. Nas demais citações, este periódico será referido apenas como *RIHGB*.

Fundado em 1838, pouco depois da Independência (1822), com a finalidade de conferir um passado à nação recém-emancipada, o IHGB foi um dos mais sólidos pilares do Império e segundo lar do imperador Pedro II, mecenas e frequentador assíduo de suas sessões. A identificação profunda com a monarquia, contudo, pôs a Casa em grandes dificuldades nos primeiros anos da República, que, proclamada em 1889, não tardou a demarcar distância dessa “herança típica do *Ancien Régime*”,² principalmente pelo corte dos recursos que o Estado até então lhe assegurara. Este tempo amargo começaria a ser superado somente a partir de 1908, quando José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, assumiu a presidência do Instituto. Suas ações, somadas ao prestígio e influência que tinha como ministro das Relações Exteriores, imprimiram novo dinamismo à associação e deram início à sua nova ascensão. Rio Branco faleceu em 1912, mas isso não abalou tal recuperação, ao contrário: o novo presidente, Afonso Celso de Assis Figueiredo, intensificou ainda mais o ritmo da caminhada, com a realização de eventos como os dois primeiros Congressos de História Nacional, em 1914 e 1931, e a retomada da sintonia entre o discurso histórico ali produzido e o debate político-intelectual do país.³

A passagem do primeiro século de vida, portanto, alcançou o IHGB em meio ao pleno reflorescimento de seu vigor institucional, acadêmico e político. Logo, não surpreende o tom do discurso proferido pelo seu presidente recém-eleito, Manuel Cícero Peregrino da Silva (Afonso Celso morrera poucos meses antes, em julho), na abertura da Sessão Magna do aniversário:

“Sucederam-se as gerações, substituíram-se a pouco e pouco os componentes do quadro social, nem podia ser de outro modo, tal a contingência da vida humana, transformaram-se as instituições e o Instituto Histórico, sempre idêntico a si mesmo, tem prosseguido impávido e, cem anos depois da sua fundação, persevera no rumo que se traçou, deixando no caminho percorrido indeléveis vestígios da sua gloriosa passagem.⁴ (...)”

Outras falas seguiriam o mesmo acento laudatório, valorizando momentos específicos da trajetória do Instituto, distinguindo seus nobres personagens, entrelaçando em harmonia nomes, datas, acontecimentos. Pintado pelas tintas oficiais, o retrato do IHGB revelava a imagem que seus membros projetavam sobre ele, uma imagem que divisava os contornos de uma academia sólida, apegada às

2. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “Um olhar sobre o continente: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América”, *Estudos Históricos*, vol. 10, n. 20, 1997, p. 220.

3. *Idem, ibidem*, pp. 221-222; GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal, “História e brasilidade”, em Simpósio Nacional de História, *História em debate: problemas, temas e perspectivas: Anais do XVI Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História*, [S.l.]: CNPq/InFour, pp. 76-77. Sobre o IHGB na República, ver GOMES, Angela de Castro, *A República, a História, o IHGB*, Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

4. IHGB, “Sessão Magna, comemorativa do primeiro centenário do Instituto, em 21 de outubro de 1938”, *RIHGB*, vol. 173, 1938, p. 839.

raízes e ao projeto de estabelecimento da história da nação, em que polêmicas e contradições não tinham lugar – tudo em perfeita conformidade com a dialética da lembrança e do esquecimento que, segundo Pierre Nora, norteia a permanente configuração da memória.⁵ A coesão das vozes, no entanto, não escapava à contradição observada pelo mesmo Nora acerca dos “lugares de memória”: se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não seria necessário construí-lo; se as lembranças que evocam fossem verdadeiramente vividas, eles seriam inúteis.⁶ No caso do IHGB, ele poderia até pretender ser “sempre idêntico a si mesmo”, mas não deveria esperar o mesmo da história, nem da historiografia, uma vez que a diferença entre 1838 e 1938 não era uma mera questão numérica, como pareciam desejar os dignos confrades.

Com um pouco de atenção e, claro, interesse, não seria difícil notar que os tempos eram outros. Dentro da própria Casa, a despeito da tradição ainda prevalecer em seu discurso e em sua identidade, mudanças sugestivas já se faziam sentir desde a virada do século, em especial pelas inovações historiográficas realizadas por alguns de seus sócios, como Joaquim Nabuco, com *Um estadista do Império* (1897); João Ribeiro e sua *História do Brasil* (1900); Manuel de Oliveira Lima e *Dom João VI no Brasil* (1908); José de Alcântara Machado e *Vida e morte do bandeirante* (1928); e, sobretudo, João Capistrano de Abreu, que, crítico ácido da rigidez, do “atraso” e dos formalismos todos da produção institucional, procurou ir além da historiografia “oficial” do IHGB.⁷ Suas pesquisas extrapolavam a documentação sobre a vida política e a colocava lado a lado com narrativas de viagem, inventários, testamentos, memórias e outros papéis privados, enquanto a habitual narrativa linear dos acontecimentos cedia lugar à sua análise e interpretação, eventualmente até com um texto de cores literárias.⁸

Cada qual a seu modo, tais autores e obras mostravam formas diferentes de se lidar com o passado, que, abordado em suas dimensões sociais, econômicas, culturais e materiais, evidenciava-se muito mais complexo (e interessante) que na abordagem pelo viés político-administrativo consagrada pelo Instituto. De certo modo, ainda, eles materializavam algumas das novas perspectivas que se desenvolviam entre os historiadores pelo mundo, as quais se confrontavam, com intensidade cada vez maior, com os pressupostos do conhecimento histórico

5. NORA, Pierre, “Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux”, em Nora, Pierre (dir.), *Les lieux de mémoire*, I. La République, Paris: Gallimard, 1984, p. 19.

6. *Ibidem*, p. 24.

7. Sobre Capistrano e sua prática historiográfica, ver GONTIJO, Rebeca, *O velho vaqueano. Capistrano de Abreu (1853-1927): memória, historiografia e escrita de si*, Rio de Janeiro: 7Letras, Faperj, 2012.

8. Sobre a narrativa e o método de Capistrano de Abreu, ver ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de, “Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em João Capistrano de Abreu”, *Estudos Históricos*, n. 1, 1988, pp. 28-54; OLIVEIRA, Maria da Glória de, *Narrativa, crítica e método em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

consagrados no Oitocentos, não por acaso chamados “tradicionalistas”.⁹ Ao mesmo tempo, o ambiente cultural além-muros também se arejava: uma nova geração intelectual, nascida nos primeiros anos do século XX, começava a buscar seu espaço como intérprete tanto do presente quanto do processo de formação da sociedade brasileira; o mercado editorial, impulsionado pela industrialização e urbanização do país, crescia e se diversificava, dando vazão à produção de “antigos” e de “modernos”, muitas vezes sob o formato de coleções dedicadas ao “conhecimento do Brasil” – as famosas “brasilianas”; por fim, a criação, um tanto tardia, de universidades em São Paulo (1934) e no Rio de Janeiro (1935) trouxe consigo os primeiros cursos superiores de História, o que, de certa forma, já reconfigurava o cenário em que o IHGB reinava absoluto.¹⁰

Em síntese, no final da década de 1930 abriam-se mais e maiores oportunidades para a produção e a difusão da historiografia brasileira, bem como se firmavam lugares originais para o seu desenvolvimento, debate e crítica. Tal como acontecia com a própria nação, o território do historiador estava em transformação, aberto e receptivo a inovações, mas também marcado por certa instabilidade e pela necessidade de (re)avaliar suas referências, como é característico de períodos assim. Talvez por isso, os anos de 1940 a 1960 assistiriam ao aparecimento de muitos balanços bibliográficos acerca da história do Brasil, os quais podem ser lidos como tentativas mais sistemáticas de se elaborar uma história da historiografia brasileira;¹¹ por extensão, podem ser lidos como reveladores de um momento de transição – o qual, evidentemente, só pode ser assim definido *a posteriori* –, de passagem de uma “velha” historiografia, tida por “superada”, para uma “nova”, em conformidade com as tendências e as expectativas de sua época.

Nossa proposta, assim, é discutir os mais expressivos desses balanços para, a partir deles, perceber as permanências, deslocamentos e rupturas que levaram

9. Cf., entre muitos outros, IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*, Hanover and London: Wesleyan University Press, 1997.

10. Sobre o mercado editorial brasileiro desse período e as “coleções brasileira”, ver SORÁ, Gustavo, *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*, São Paulo: Edusp, ComArte, 2010; DUTRA, Eliana de Freitas (org.), *O Brasil em dois tempos*, Belo Horizonte: Autêntica, 2013; Franzini, Fábio, *A sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*, Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010. Sobre os primeiros cursos de História no Brasil, ver ROIZ, Diogo da Silva, *Os caminhos (da escrita) da história e os descaminhos de seu ensino*, Curitiba: Appris, 2012; FERREIRA, Marieta de Moraes, *A História como ofício*, Rio de Janeiro: FGV Editora, Faperj, 2013.

11. O balanço pode ser visto como um gênero específico de livros ou textos que contém visões panorâmicas do estado das pesquisas com o intuito de graduar historiadores ou classificá-los em campos específicos. De acordo com Blanke, só em sentido estrito podem ser considerados história da historiografia, ainda que sejam obras preliminares importantes para que essa história possa ser feita. Cf. BLANKE, Horst Walter, “Para uma nova história da historiografia”, em MALERBA, Jurandir (org.), *A história escrita: teoria e história da historiografia*, São Paulo: Contexto, 2006, p. 30.